

Luiz Gonzaga 3
Energias
Renováveis S. A

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultado	8
Demonstrações de resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S. A.

Terra Nova – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S. A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S. A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil] e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

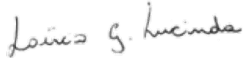
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Laércio Gésio Lucinda
Contador CRC 1SP241847/O-9

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.
 Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023 (Não auditado)
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.700	4.013
Contas a receber	6	634	-
Impostos a recuperar		63	-
Outros ativos		222	49
Outras contas a receber partes relacionadas	10	118	-
Total do ativo circulante		5.737	4.062
Imobilizado	7	131.034	13.829
Total do ativo não circulante		131.034	13.829
Total do ativo		136.771	17.891

	Notas	2024	2023 (Não auditado)
Passivos			
Fornecedores e outras contas pagar		46	80
Impostos a recolher	8	192	12
Empréstimos e financiamentos	9	688	-
Outras contas a pagar com partes relacionadas	10	-	1.331
Total do passivo circulante		926	1.423
Empréstimos e financiamentos	9	69.595	-
Total do passivo não circulante		69.595	-
Patrimônio líquido	11		
Capital social		66.916	16.570
(-) Prejuízos acumulados		(666)	(102)
Total do patrimônio líquido		66.250	16.468
Total do passivo e patrimônio líquido		136.771	17.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023 (Não auditado)
Receita operacional líquida	12	576	-
Custo dos serviços	13	(6)	-
Lucro bruto		570	-
Despesas gerais e administrativas	14	(137)	(94)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		433	(94)
Receitas financeiras	15	399	-
Despesas financeiras	15	(1.390)	(8)
Resultado financeiro		(991)	(8)
Resultado antes dos impostos		(558)	(102)
Imposto de renda e contribuição social	-	(6)	-
Prejuízo do exercício		(564)	(102)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.
Demonstrações de resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(564)	(102)
Resultado abrangente total do período	<u>(564)</u>	<u>(102)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	(-) Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2023 (não auditado)		10	-	-	10
Aumento de capital em caixa		22.680	-	-	22.680
Capital a Integralizar		-	(6.120)	-	(6.120)
Prejuízo do exercício		-	-	(102)	(102)
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)		22.690	(6.120)	(102)	16.468
Aumento de capital em caixa	11	44.226	-	-	44.226
Integralização de capital social	11	-	6.120	-	6.120
Prejuízo do exercício		-	-	(564)	(564)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		66.916	-	(666)	66.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.
 Demonstrações dos fluxos de caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023 (não auditado)</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do Exercício		(564)	(102)
Ajustes para reconciliar o Resultado do exercício com o caixa			
Imposto de renda e contribuição social		6	-
Juros sobre financiamentos		19	-
Provisão de receita	6	<u>(634)</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício Ajustado		(1.173)	(102)
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais			
Impostos a recuperar		(63)	-
Outros Ativos		(173)	21
Outras contas a receber com partes relacionadas		(118)	41
Fornecedores e outras contas a pagar		(34)	-
Outros tributos a recolher		180	-
Outras contas a pagar com partes relacionadas	13	(1.331)	915
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(6)</u>	<u>(23)</u>
Caixa líquido (usado nas) gerado pelas atividades operações		(2.718)	852
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	9	<u>(116.536)</u>	<u>(13.401)</u>
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(116.536)	(13.401)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aporte de capital de acionistas	14	119.941	16.561
Redução de capital de acionistas	14	(69.595)	-
Recursos provenientes de captação de empréstimos	12	<u>70.267</u>	<u>-</u>
Caixa proveniente das atividades de financiamento		119.941	16.561
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquido		<u>687</u>	<u>4.012</u>
No início do exercício		4.013	1
No fim do exercício		<u>4.700</u>	<u>4.013</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquido		<u>687</u>	<u>4.012</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

A Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A. ou “Companhia” ou “Luiz Gonzaga 3” constituída no dia 12 de setembro de 2022, na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil. A Companhia está localizada na BR-232/316, Km 534, Zona Rural, Município de Terra Nova, Estado de Pernambuco.

A Companhia tem por objeto social a construção, instalação, operação, manutenção e comercialização de energia gerada pela Usina Solar Fotovoltaica Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A”, localizada no município de Terra Nova, Estado de Pernambuco.

A Companhia é uma controlada indireta da Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia.

A Companhia teve suas atividades de operação iniciadas em 31 de dezembro de 2024.

1.1 Projeto de geração de energia solar

A Canadian Solar Brasil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia “FIP” participou do Leilão federal A-4 2022 via consórcio (Canadian FIP e Enercom) ao qual obtiveram êxito com o empreendimento de Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Conforme previsto no Edital do leilão, a Adjudicatária dessas Usinas o (consórcio FIP e Enercom) optaram por constituir Sociedade de Propósito Específico – SPE “Luiz Gonzaga 3”, para o qual a respectiva outorga será transferida (sendo que a conformidade da documentação das SPEs foi atestada pela SEL - Secretaria Especial de Leilões), mediante o Despacho nº 2.957, de 11 de outubro de 2022.

Projeto Fotovoltaico	Resolução	Data da autorização	Prazo	Capacidade de Energia Instalada (MW)
Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.	8.869/2020	26/05/2020	35 anos	30

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o seguinte contrato de venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (MW/h)	Índice reajuste	Prazo	Mês de reajuste
Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial – CCEAR (Mercado regulado)	8,5000	178,52	IPCA	01/01/2026 a 31/12/2040	Janeiro
Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.	CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA	0,132517	165,64	IPCA	01/01/2025 a 31/12/2033	Janeiro

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	INCENTIVADA - CV/AT 4023/2019 CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA	0,284127	165,64	IPCA	01/01/2025 a 31/12/2033	Janeiro
Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.	INCENTIVADA - CV/GC 6012/2022					

1.3 Outras informações

Considerando o papel estratégico que a Companhia possui para o Grupo Canadian, que leva em consideração aspectos tais como a presença regional em um mercado relevante e potencial de crescimento de geração renovável no Brasil, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro da sua controladora final Canadian Solar Inc. que tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

2. Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas pela Diretoria em 30 de abril de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Base de preparação - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico amortizado, com exceção dos ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda Funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas

que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Estimativas

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 16 – Instrumentos Financeiros - (principais premissas para divulgação dos instrumentos financeiros).

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

3. Políticas contábeis materiais.

As políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações estão descritas a seguir.

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante o período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponível em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao custo amortizado, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.2. Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.3. Partes relacionadas

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui transações de conta corrente com outras empresas do Grupo que correspondem à compra dos principais componentes utilizados na construção das usinas fotovoltaicas.

3.4. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando houver.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

ii. Baixas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado limitada ao prazo de autorização de 35 anos vide nota 1.1.

A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de geração de energia fotovoltaica, por entender que essas taxas representam a vida útil dos ativos para o setor de energia elétrica.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.5. Redução ao valor recuperável (impairment)

a. Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa

futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

b. Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para a redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGCs) que originaram a perda, de forma pro rata.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

3.5.1. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5.2. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-la.

3.5.3. Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 16.

a. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

3.5.4. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos

No que tange a geração de energia, obrigação de desempenho acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

Receita de geração de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

3.5.5. Imposto de renda e contribuição social correntes

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício de 2024 são calculados com base no lucro real.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal para melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis, vigentes para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, não impactaram a preparação destas demonstrações financeiras, conforme detalhado a seguir:

A. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

B. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023 (Não auditado)
Caixas e bancos	53	-
Aplicações Financeiras	4.647	4.013
	4.700	4.013

As aplicações financeiras são de renda fixa, mantidas com instituições financeiras de primeira linha, e podem ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de capital de giro da Companhia. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário (CDB), indexadas a uma taxa de mercado com base em uma variação, onde tiveram um rendimento percentual de 92% a 95% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em 2024 e em 2023 (não auditado).

6. Contas a Receber

	2024	2023 (Não auditado)
Clientes nacionais a faturar (a)	634	-
	634	-

- (a) Saldo composto de valores relativos à venda de energia já entregue e ainda não faturada. Todos os meses a provisão é estornada e o faturamento mensal (nota fiscal) é emitida.

7. Imobilizado

	2024	2023
Imobilizado	131.034	13.829
	131.034	13.829

O Imobilizado em andamento refere-se a valores incorridos para construção do parque fotovoltaico. As construções estão sendo realizadas na SPE Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A, Zona Rural, Município de Terra Nova, Estado de Pernambuco.

A Companhia não reconheceu em 31 de dezembro de 2024 despesas de depreciação, tendo em vista que o imobilizado foi concluído no fim de dezembro de 2024.

A Companhia avaliou que até 31 de dezembro de 2024 não existiam indicativos de perda de valor

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

recuperável de seu imobilizado em andamento.

7.1. Movimentação do Imobilizado

<u>Custo</u>	<u>Central Solar</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	-	-
Adições	13.829	13.829
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	13.829	13.829
Adições	117.205	117.205
Saldo em 31 de dezembro de 2024	131.034	131.034

8. Impostos a Recolher

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (Não auditado)
IRRF a recolher	81	-
ISS a Recolher	29	-
PIS e COFINS a recolher	59	-
Outros Impostos	23	12
	<u>192</u>	<u>12</u>

9. Empréstimos e financiamentos

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (não auditado)
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	70.283	-
	<u>70.283</u>	<u>-</u>
Passivo Circulante	688	-
Passivo não circulante	69.595	-

<u>Saldo inicial</u> <u>2023 (não auditado)</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo final</u> <u>2024</u>
--	-----------------	--------------	-----------------------------------

-	69.595	688	70.283
-	69.595	688	70.283

Contrato atualizado pelo IPCA + 5,1716%

Covenants

Os contratos de financiamento com a BNB possuem cláusulas restritivas de covenants quantitativos e qualitativos, os quais são acompanhadas pela administração do grupo.

i. Garantias

Os Empréstimos e financiamentos tem como garantia a alienação fiduciária de ações, bem como Garantia corporativa da Canadian Solar Inc e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

10. Partes relacionadas

10.1. Outras contas a receber com partes relacionadas

	2024	2023 (Não auditado)
Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A. (a)	74	-
Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S.A. (a)	43	-
	118	-

10.2. Outras contas a pagar com partes relacionadas

	2024	2023 (Não auditado)
Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S.A. (a)	-	831
Luiz Gonzaga Holding S.A.	-	500
	-	1.331

Referem-se a operações de conta corrente entre as empresas do Grupo.

10.3. Pessoal – chave da Administração

A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (não auditado). A remuneração da Administração da Companhia é paga pela Canadian Solar desenvolvimento de Usinas Solares LTDA.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito e integralizado está representado por 66.916.000 ações ordinárias nominativas (16.570.000 em 2023 – não auditado) com valor nominal de R\$ 1,00, conforme demonstrado a seguir:

	2024		
	Quantidade de ações em milhares	R\$ mil	% do capital social
Luiz Gonzaga Holding S.A.	66.916	66.916	100%
	66.916	66.916	100%

	2023 (Não auditado)		
	Quantidade de ações em milhares	R\$ mil	% do capital social
Luiz Gonzaga Holding S.A.	16.570	16.570	100%
	16.570	16.570	100%

Em 31 de dezembro de 2024 ocorreram os seguintes aportes de capital:

Data do aporte	Detalhes do aporte	Quantidade de ações	Valor
Saldo final em 2022 (não auditado)		10	10
20/03/2023	Aumento de Capital	220	220
01/05/2023	Aumento de Capital	80	80
24/07/2023	Aumento de Capital	400	400
23/08/2023	Aumento de Capital	1.000	1.000
27/09/2023	Aumento de Capital	920	920
25/10/2023	Aumento de Capital	10.040	10.040
29/11/2023	Aumento de Capital	550	550
20/12/2023	Aumento de Capital	3350	3.350
Saldo final em 2023 (não auditado)		16.570	16.570
01/03/2024	Aumento de Capital	6.120	6.120
21/03/2024	Aumento de Capital	16.480	16.480
04/04/2024	Aumento de Capital	66.650	66.650
08/08/2024	Aumento de Capital	2.400	2.400
23/09/2024	Aumento de Capital	700	700
24/10/2024	Aumento de Capital	16.000	16.000
18/11/2024	Aumento de Capital	4.917	4.917
19/11/2024	Aumento de Capital	6.000	6.000
30/11/2024	Aumento de Capital	674	674
04/12/2024	Redução de Capital	(69.595)	(69.595)
Saldo final em 2024		66.916	66.916

12. Receitas

	2024	2023 (Não auditado)
Receitas com clientes	634	-
(-) Deduções das receitas operacionais	(58)	-
	576	-

13. Custos operacionais

	2024	2023 (Não auditado)
Operação de manutenção	6	-
	6	-

14. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023 (Não auditado)
Serviços de terceiros	(137)	-
	(137)	-

15. Resultado financeiro

	2024	2023 (Não auditado)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	339	-
Variação cambial ativa	60	-
	339	-
Despesas financeiras		
Juros de financiamento	(16)	-
Variação cambial passiva	(1.131)	-
Multas e juros	(163)	-
Despesas bancárias	(32)	-
Outros	(48)	(8)
	(1.390)	(8)
Resultado Financeiro	(991)	(8)

16. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é realizado por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros e o risco de crédito de seus ativos financeiros. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez.

16.1. Classificação dos instrumentos financeiros:

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

O Contas a receber de clientes, financiamentos, e fornecedores e outras contas a pagar, classificados como custo amortizado possuem o valor contábil como uma aproximação razoável do valor e justo e por isso não estão sendo apresentados de forma segregada.

		<u>2024</u>	<u>2023</u> (Não auditado)
		<u>Custo amortizado</u>	<u>Custo amortizado</u>
	<u>Nota</u>	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
		<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.700	4.013
Contas a receber	6	634	-
Contas a receber com partes relacionadas	13	118	-
Total		5.452	4.013

		<u>2024</u>	<u>2023</u> (Não auditado)
		<u>Custo amortizado</u>	<u>Custo amortizado</u>
		<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
		<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
Passivos financeiros			
Fornecedores e outras contas a pagar	10	45	80
Empréstimos e financiamentos	12	70.284	-
Contas a pagar partes relacionadas	13	-	1.331
Total		70.329	1.411

16.2. Gerenciamento de riscos financeiros

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

a. Risco de mercado

Risco de taxas de juros: decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

b. Risco cambial

A Companhia não está exposta a risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras são denominadas, e as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia. A moeda funcional da Companhia é o Real, a companhia não possui transações em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2024.

c. Risco de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Nota	2024	2023
		Contábil	(Não auditado) Contábil
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.700	4.013
Contas a receber	6	634	-
		5.334	4.013

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2024

	Fluxo de caixa contratuais				
	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores	45	45	-	45	-
Empréstimos e financiamentos	70.284	70.284	-	688	69.595
	70.329	70.329	-	733	69.595

31 de dezembro de 2023 (não auditado)

	Fluxo de caixa contratuais				
	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 2 anos
Fornecedores	80	80	80	-	-

17. Provisões para perdas em processos administrativos e judiciais

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não foi parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos externos, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão de contingência no passivo ou de divulgação em nota explicativa, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (não auditado).

18. Demonstrações de Fluxos de Caixa

18.1 Transações que não envolvem caixa

Em 31 de dezembro de 2024 as operações que não afetaram caixa nas operações da Companhia estão demonstradas a seguir:

	<u>2024</u>
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa	
Juros sobre financiamentos, sem efeito caixa no exercício	669

19. Eventos subsequentes

Em 14 de Fevereiro de 2025 a companhia assinou o Acordo de Acionista entre Canadian Solar FIP e PHB, onde Pacif Hydro Energia do Brasil Ltda adquiriu 70% das ações da Luiz Gonzaga Holding S.A., enquanto Canadian Solar FIP manteve 30% das ações. O valor da venda das ações no contexto da opção de venda (Put Option) foi determinado pelo valor justo de mercado das ações, este valor justo foi calculado com base em uma estimativa dos fluxos de caixa futuros esperados dos projetos, utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado (DCF) e considerando variáveis de mercado relevantes e transações precedentes.